

**JAQUELINE FONSECA RODRIGUES
(ORGANIZADORA)**

ELEMENTOS DA ECONOMIA 2

Jaqueline Fonseca Rodrigues

(Organizadora)

Elementos da Economia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E38	Elementos da economia 2 / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos da Economia; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-319-4 DOI 10.22533/at.ed.194191405 1. Economia. 2. Economia – Política e governo. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 330.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A edição do volume 1 – **Elementos da Economia 2** traz em sua essência o entendimento da economia e a familiarização com os termos envolvidos na área de economia.

Pode-se enfatizar que a **Economia** faz parte das ciências sociais que estudam fenômenos que ocorrem na esfera da estrutura econômica, ou em outras esferas que terminam por afetar a estrutura econômica.

A economia é considerada uma **ciência social** porque a **ciência social** estuda a organização e o funcionamento das sociedades assim, pode-se dizer que a **Ciências Econômicas** ocupam-se do comportamento humano, e estudam como as pessoas e as organizações na sociedade se empenham na produção, troca e consumo dos bens e serviços.

O surgimento de “**falhas de mercado**” pode ocorrer devido ao fato de os agentes econômicos envolvidos não contabilizarem os impactos sociais das escolhas econômicas efetuadas, normalmente derivadas de decisões políticas provenientes de estudos econômicos. Através do vasto estudo econômico as políticas micro e macroeconômicas tendem a inserirem outras partes do complexo contexto social, os quais não foram inseridos em momentos decisórios da formulação e aplicação de estas.

Nota-se a elevada importância da inclusão de temas que englobem aspectos sociais e setor público, visando a constituição de uma sociedade que possa promover justiça, igualdade, que seja bem-sucedida e desta maneira, organizada.

Conforme os contextos exibidos, o objetivo deste livro é a condensação de formidáveis pesquisas envolvendo a esfera social e o setor público de modo conjunto através de instrumentos que os estudos econômicos propiciam.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem de Elementos da Economia, através da apresentação de sistemas de informação em saúde, agricultura familiar, acordos comerciais, análises financeiras, mercado de trabalho, os quais destacam as aplicações práticas e metodológicas, além da contribuição para que se interprete as relações econômicas, sociais e de cunho político.

A preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo setor econômico brasileiro.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada na visão da ciência econômica, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados. A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas à sociedade e ao setor público.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos Econômicos,

Sociais e de Políticas Públicas, referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTEROPERABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE COMO PROPOSTA DE INOVAÇÃO EM SAÚDE	
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes Rosana Alves de Melo Saulo Bezerra Xavier Ana Lúgia Passos Meira Jobson Maurilio Alves dos Santos Maria Grasiela Alves de Figueiredo Lima Roseane da Silva Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.1941914051	
CAPÍTULO 2	9
A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DAS CIDADES DE PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Murilo Campos Rocha Lima Renata Marques de Menezes Mota Fernanda Quintanilha da Silva Andréia Cipriano de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.1941914052	
CAPÍTULO 3	24
ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS DOS ACORDOS DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA	
Angélica Pott de Medeiros Daniel Arruda Coronel Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.1941914053	
CAPÍTULO 4	36
ANÁLISE FINANCEIRA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO-GO: UM ESTUDO DE CASO	
Márcio do Carmo Boareto Euclides Fernandes dos Reis Vanessa Bitencourth dos Santos Sara da Costa Fernandes Vagner Rosalem	
DOI 10.22533/at.ed.1941914054	
CAPÍTULO 5	44\
CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS 2006 A 2015	
Bruna Costa de Paula Adriana Estela Sanjuan Montebello	
DOI 10.22533/at.ed.1941914055	

CAPÍTULO 6	61
COMÉRCIO EXTERIOR E POLÍTICA COMERCIAL NO BRASIL: REFLEXÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACERCA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA	
Tobias de Paula Lima Souza Lucas Ayres Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1941914056	
CAPÍTULO 7	84
COMPETITIVIDADE DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO BRASILEIRO NO MERCOSUL	
Patricia Kischner Cristiane Ivete Bugs Vione Andressa Neis Luana Rigo	
DOI 10.22533/at.ed.1941914057	
CAPÍTULO 8	96
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO SUL- FRONTEIRA NO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Natalia Bogado Balbuena Vinícius Vasconcelos Braga Yhulds Giovani Pereira Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.1941914058	
CAPÍTULO 9	109
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE DA HETEROGENEIDADE SOCIOECONÔMICA NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS	
Karina Palmieri de Almeida Clesio Marcelino de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.1941914059	
CAPÍTULO 10	123
DINÂMICA DAS COMPRAS PÚBLICAS PARA O PNAE DIRETAMENTE DO AGRICULTOR FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS DA PARAÍBA	
Jucimar Casimiro de Andrade Fernando Salvino da Silva Larissa Petrusk Santos Silva Rodolfo Donizeti C. de Albuquerque Rocha Robson José Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.19419140510	
CAPÍTULO 11	141
EFEITO DA FINANCEIRIZAÇÃO SOBRE A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	
Luccas Assis Attílio	
DOI 10.22533/at.ed.19419140511	
CAPÍTULO 12	159
FINANCIAMENTO DO TRATAMENTO ONCOLÓGICO EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS HOSPITAIS PRIVADOS E PÚBLICOS DA REDE SUS	
Ivaldo Dantas de França Roseane da Silva Lemos Tiago Rafael de Sousa Nunes Maira Galdino da Rocha Pitta	

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rêgo

DOI 10.22533/at.ed.19419140512

CAPÍTULO 13 168

GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

Francisco Antonio Sousa De Araujo

José Fernando Frota Cavalcante

Jose Maria Da Cunha Junior

Paulo De Melo Jorge Neto

DOI 10.22533/at.ed.19419140513

CAPÍTULO 14 185

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DE GESTÃO DA PRODUÇÃO DO CAFÉ POR INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Luisa Amelia Paseto

Luísa Paseto

Aloísio dos Santos Espindola

Felipe Bellodi Bellini

DOI 10.22533/at.ed.19419140514

CAPÍTULO 15 199

IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ECONOMIA DA SAÚDE NOS HOSPITAIS ESTADUAIS – O CASO DE PERNAMBUCO, BRASIL, 2016

Inês Eugênia Ribeiro da Costa

Roseane da Silva Lemos

Priscila Rossany de Lira Guimarães Portella

Geraldo Eduardo Vieira de Barros Puça

Ana Claudia Callou Matos

DOI 10.22533/at.ed.19419140515

CAPÍTULO 16 209

INOVAÇÃO E MUDANÇA ESTRUTURAL NA DINÂMICA CAPITALISTA: UMA ABORDAGEM EVOLUCIONÁRIA

Flávia Félix Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.19419140516

CAPÍTULO 17 225

INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA

Sivanildo José de Almeida

Ricardo Lacerda de Melo

Fernanda Esperidião

DOI 10.22533/at.ed.19419140517

CAPÍTULO 18 241

INTERFACES TEÓRICO-ANALÍTICAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Kátia de Fátima Vilela

Alair Ferreira de Freitas

Rodney Alves Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.19419140518

CAPÍTULO 19	263
O COMERCIO E A PRODUÇÃO DE CARNE EQUINA NO BRASIL	
Brenda Alves dos Santos	
Camila Raineri	
Eleonice Aparecida dos Santos Alves	
Mahara Moreira Marquez	
DOI 10.22533/at.ed.19419140519	
CAPÍTULO 20	275
O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO RECENTE: 2005 -2016	
Raquel Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19419140520	
CAPÍTULO 21	287
O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA COMO INOVAÇÃO PARA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL	
Ana Lígia Passos Meira	
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes	
Saulo Bezerra Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.19419140521	
CAPÍTULO 22	294
POBREZA EM SUAS MULTIDIMENSÕES: UMA ANÁLISE ECONOMETRICA DA REGIÃO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ohanna Larissa Fraga Pereira	
Caroline Lucion Puchale	
DOI 10.22533/at.ed.19419140522	
CAPÍTULO 23	307
PREVISÕES DO PREÇO DA ARROBA DO BOI GORDO: UM APLICAÇÃO DO MODELO ARIMA EM FUTUROS AGROPECUÁRIOS	
Paulo Fernando Taveira Maselli	
Sabrina Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19419140523	
CAPÍTULO 24	318
PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS E SOLIDÁRIOS NA COMUNIDADE BARRO, SERRINHA-BA: FAZENDO PESQUISA-AÇÃO COMO PROCESSO EDUCATIVO	
Edeilson Brito de Souza	
Glauciane Pereira dos Santos	
Iaçanan Carneiro de Jesus	
Carla Teresa dos Santos Marques	
Heron Ferreira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19419140524	
CAPÍTULO 25	332
REDUÇÃO DE CUSTOS NO SETOR DE NUTRIÇÃO DE UM HOSPITAL REGIONAL A PARTIR DA INTERVENÇÃO DO NÚCLEO DE ECONOMIA DA SAÚDE	
Bruna Maria Bezerra de Souza	
Angélica Barbosa Arruda Patriota	
Inês Eugênia Ribeiro da Costa	
Roseane da Silva Lemos	

CAPÍTULO 26 338

REGULAÇÃO E PERCEPÇÃO DA QUALIDADE E CONSUMO DO QUEIJO DE COALHO ARTESANAL NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Girleno Costa Pereira

DOI 10.22533/at.ed.19419140526

CAPÍTULO 27 354

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA: TEMPO GASTO E NECESSIDADE NA PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS

Jobson Maurilio Alves dos Santos

Flavia Emilia Cavalcante Valença Fernandes

Mayra Cavalcante do Nascimento

Milena Souza dos Santos

Palloma Lopes de Arruda

Rafaela de Oliveira Xavier

Rosana Alves de Melo

DOI 10.22533/at.ed.19419140527

CAPÍTULO 28 361

SUSTENTABILIDADE EM AGROINDÚSTRIAS: ALTERNATIVAS PARA EVITAR O DESPERDÍCIO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS DO PEDÚNCULO DE CAJU - UMA REVISÃO DE LITERATURA

Wesley Fernandes Araújo

Lindalva de Moura Rocha

Inês Maria de Souza Araújo

Gabriela Almeida de Paula

Leanne Silva de Sousa

Matheus Fernandes Folha

Luciano Borges da Rocha Filho

Reijaner Vilanova Araújo

DOI 10.22533/at.ed.19419140528

CAPÍTULO 29 383

COMPARAÇÃO DE ORÇAMENTOS ENTRE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONVENCIONAIS E NÃO CONVENCIONAIS DE UM PROJETO DE RESIDÊNCIA OFERECIDO PELA COHAB DE SANTA CATARINA COM APLICAÇÃO NA REGIÃO DE RIO-MAFRA

Eduardo Francisco Pimentel

Olaf Graupmann

DOI 10.22533/at.ed.19419140529

SOBRE A ORGANIZADORA..... 397

COMÉRCIO EXTERIOR E POLÍTICA COMERCIAL NO BRASIL: REFLEXÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACERCA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA

Tobias de Paula Lima Souza

Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade de São Paulo (USP/ESALQ), e Mestrando em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Área de Concentração: Economia Regional e Urbana. Bolsista CAPES. E-mail: tobiasplsouza@gmail.com;

Lucas Ayres Costa

Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade de São Paulo (USP/ESALQ), Piracicaba, SP, Brasil. E-mail: lucas.a.costa.ejea@gmail.com;

RESUMO: O presente artigo objetiva caracterizar o comércio exterior brasileiro, seu funcionamento e refletir sobre políticas relacionadas ao setor condizentes com suas atuais tendências e entraves, dado que o comércio internacional é uma importante via de crescimento econômico. O procedimento metodológico consistiu de uma ampla revisão bibliográfica de caráter exploratório acerca do tema, com o intuito de traçar a evolução do setor e sua composição, assim como a evolução de algumas políticas públicas específicas visando ao seu desenvolvimento no decorrer da história brasileira até o ano de 2016. Finalmente, objetivou-se identificar as principais problemáticas, buscando identificar os desafios e as oportunidades. A análise demonstrou que

é fundamental que o país busque formas de aumentar a eficiência do seu comércio tanto em procurar parceiros mais eficientes, ampliando também o mercado para produtos brasileiros, quanto também de cuidar de sua eficiência interna, o chamado “Custo Brasil”.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Comércio Exterior Brasileiro 2. Política Comercial 3. Comércio Internacional 4. Crescimento Econômico 5. Custo Brasil.

ABSTRACT: The purpose of this article is to characterize the Brazilian foreign trade and its operation and to consider policies related to the sector and its current trends and obstacles, considering that international trade is an important way of economic growth. Initially, the methodological procedure consisted of a wide bibliographical review of exploratory character about the theme, with the intention of tracing the evolution of the sector and its composition, as well as the evolution of some specific public policies aimed at its development throughout Brazilian history until 2016. Finally, the main goal was to identify the central problems, seeking to identify the challenges and the opportunities. The analysis showed that it is essential that the country seeks ways to increase the efficiency of its trade, both in seeking more efficient partners, and also in expanding the market for Brazilian products, as well as looking after its internal

efficiency, the so-called “Brazil Cost”.

KEYWORDS: 1. Brazilian Foreign Trade 2. Trade Policy 3. International Trade 4. Economic Growth 5. Brazil Cost.

1 | INTRODUÇÃO

Os benefícios trazidos pela abertura econômica se traduzem de formas diferentes, dependendo do ponto de vista adotado. O engajamento nos mercados mundiais permite, por exemplo, importação de tecnologia, a qual é de fundamental importância para o aumento de produtividade. Assim, se a inovação não existe, ou se há muitas barreiras institucionais e estruturais ao seu desenvolvimento, importar tecnologia externa e reproduzi-la internamente é uma alternativa que diversos países adotam como forma de se manterem competitivos e integrados na economia mundial, considerando que os maiores investimentos em tecnologia e pesquisa ocorrem nos países desenvolvidos.

Discute-se que uma maior inserção na economia mundial pode ocorrer de formas distintas, aumentando o volume de comércio com outros países ou adotando políticas comerciais mais fomentadoras e menos restritivas, sempre mantendo o foco nas vantagens competitivas internacionais. De acordo com Helpman (2004), um mercado mais abrangente aumenta a lucratividade das atividades, produzindo maior lucro e induzindo o investimento em pesquisa. A inserção econômica nos mercados mundiais também alavanca a competição interna, pois as firmas agora possuem novos competidores e estão expostas ao desafio de buscar novas qualificações para permanecerem competitivas.

A globalização que se acentuou nos últimos 30 anos e ajudou a aumentar o fluxo transfronteiriço de mercadorias, matérias-primas, tecnologia e capital entre as nações favoreceu o comércio internacional como uma atividade econômica de grande importância, adotada pelos países do mundo globalizado, com a suposição de que a redução de barreiras geográficas, culturais e econômicas levaria a níveis mais elevados de produtividade e do emprego, dos quais todos os grupos se beneficiariam igualmente (UNCTAD, 2014). Um modelo destinado à exportação, a fim de reforçar o crescimento econômico, era visto como a forma mais eficiente de alocar recursos, sem considerar as consequências sociais e econômicas que essa atribuição pode causar (Castro, 2006).

Stolper e Samuelson (1941) escrevem sobre a distribuição de renda resultante do comércio, o qual beneficia o fator abundante de produção em relação ao escasso. Assim, a equalização dos preços dos fatores faz com que o fator abundante seja beneficiado com o comércio. Os países em desenvolvimento, geralmente abundantes em mão-de-obra, esperam retornos mais elevados para o trabalho do que o capital.

Teoricamente, os povos se beneficiam com o comércio internacional pelo aumento de renda que este proporciona, refletindo no aumento de bem-estar. “Sob a

motivação do interesse das trocas, surgiria o aumento da produção de bens em cada país, do qual gozasse de vantagem competitiva, e diminuiria a produção dos bens que possuíssem desvantagem comparativa. Esse fenômeno é chamado no comércio internacional ‘efeito-produção’” (Labatut e Pontes, 1994, p. 93).

A liberalização do comércio é uma forma de reduzir o preço e aumentar a disponibilidade de bens importados, e proporcionar a exportadores consolidados e exportadores em potencial a oportunidade de acesso a novos mercados e obtenção de melhores preços para os seus produtos (UNCTAD, 2014). Assim, para nações em desenvolvimento, o comércio internacional, por exemplo, é uma importante via de crescimento econômico, capaz de garantir receita cambial e suprir suas necessidades de capital, tecnologia e bens diversos (Marinho e Pires, 2002).

No caso do Brasil, a política de comércio exterior envolveu um grande debate nacional, já que a ela foram vinculadas as possibilidades do desenvolvimento econômico. Nosso país necessita eleger o comércio exterior como uma prioridade, debatendo uma diretriz clara e seguindo um plano de trabalho bem definido e estruturado às rápidas transformações do mundo, como crises econômicas, novas tecnologias, acordos bilaterais, intempéries climáticas (Cervo, 1997; Rizzo, 2014).

Com base no que foi exposto e nesta última afirmação, esse trabalho objetiva fazer uma sucinta caracterização do comércio exterior brasileiro, descrevendo, brevemente, políticas de comércio exterior adotadas em períodos anteriores e as adotadas recentemente, de modo a identificar as principais dificuldades, perspectivas, tendências e, finalmente, tecer reflexões de política de comércio exterior condizentes com este cenário.

O artigo compõe-se de seis seções, contando com esta Introdução, as Considerações Finais e as Referências Bibliográficas. Na segunda seção apresentam-se os principais dados relacionados ao comércio exterior brasileiro, sua estrutura, composição e grau de abertura econômica. Na seção 3 faz-se um breve histórico das políticas de comércio exterior no Brasil, do período colonial até o fim do governo Dilma Rousseff, em 2016. A seção 4 discute as principais problemáticas e entraves recentes, ao passo que, na seção 5, contrastam-se essas problemáticas com as preocupações e considerações relevantes acerca de políticas comerciais condizentes.

2 | O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E GRAU DE ABERTURA COMERCIAL

Em 2014, de acordo com o relatório da Organização Mundial do Comércio (2015) sobre o Brasil, as exportações de mercadorias trouxeram ao país 225.10 bilhões de dólares, e o país importou 239.15 bilhões de dólares no comércio de mercadorias. Produtos agrícolas compunham a maior parte das exportações, superando as exportações de combustíveis e produtos minerais e produtos manufaturados (Gráfico 1):

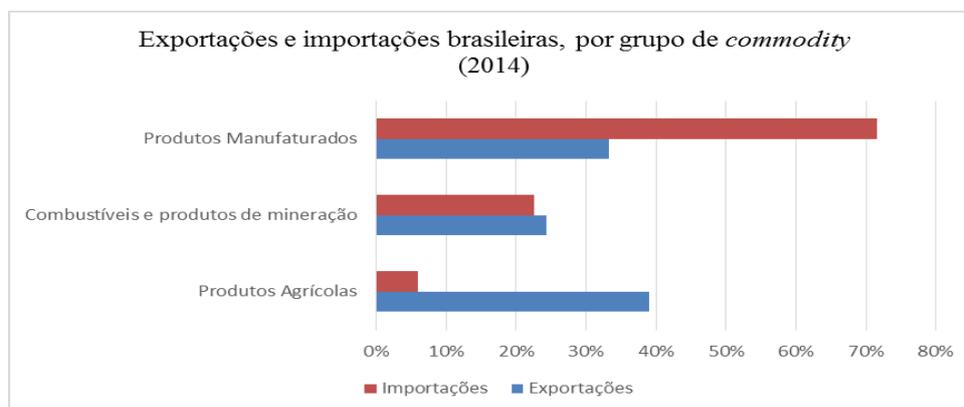


Gráfico 1: Exportações e importações brasileiras, por grupo de *commodity* (2014).

Fonte: Elaboração própria com dados da Organização Mundial do Comércio (2015)

De acordo com a Organização Mundial de Comércio (OMC), o Brasil foi, em 2014, o vigésimo quinto país na quantidade de exportações e o vigésimo segundo na quantidade de importações. Os principais produtos de exportação compõem a vantagem comparativa tradicional da economia brasileira nos mercados mundiais, com foco em *commodities* e produtos agrícolas e recursos minerais. Como pode ser visto na Tabela 1, estes setores possuem grande representatividade na carteira de exportação do país e trazem bilhões de dólares para a economia nacional a cada ano.

O que o Brasil exporta? (2013)	%	O que o Brasil importa? (2013)	%
Mineral Products	22	Machines	27
Vegetable Products	15	Mineral Products	19
Foodstuffs	13	Chemical Products	16
Transportation	11	Transportation	12
Machines	7,2	Metals	5,8
Animal Products	6,7	Plastics and Rubbers	5,7
Metals	6,4	Instruments	3,2

Tabela 1: Principais Produtos de Exportação e Importação (SH2) – Brasil, 2013

Fonte: Elaboração própria com dados do *Observatory of Economic Complexity* (2016).

O comércio internacional é uma atividade de extrema importância para o país, que exporta, como vemos na tabela acima, principalmente mercadorias e produtos agrícolas, notadamente de energia e matérias-primas. As receitas do setor exportador são importantes para a importação de produtos manufaturados e tecnológicos, uma vez que o país carece de tecnologia própria em várias indústrias. No *ranking* do comércio internacional preparado pela OMC, a participação brasileira era de 1,18% do total das exportações mundiais.

No que diz respeito aos parceiros comerciais, a União Europeia foi o maior mercado para os produtos brasileiros em 2014, recebendo cerca de 18,7% das exportações do país, e foi também a maior fonte de importações brasileiras (20,4%).

Em ambos os casos, a China e os Estados Unidos foram o segundo e terceiro maiores parceiros (OMC, 2015). A Argentina foi o principal parceiro comercial do Mercosul e, considerando a União Europeia, a Holanda foi maior destino das exportações brasileiras, com cerca de 6% do total das exportações, e a Alemanha foi a principal origem das importações brasileiras, também cerca de 6% do total das importações, considerando o ano de 2014.

Quando verificamos a evolução das exportações de bens e serviços no período de 1996 a 2014, notamos um nítido aumento do valor em dólar das exportações de bens e serviços de 2003 a 2008, com uma desaceleração em 2009 devido à crise financeira global e uma recuperação ao antigo ritmo de crescimento das exportações, em valor, já em 2010. Em 2011, as exportações brasileiras de bens e serviços atingiram o seu maior valor da história, US\$ 293 bilhões (IPEA, 2015). A maior parte das exportações brasileiras são compostas por bens, e o Ipea (2015) os segrega em três categorias: bens básicos, bens semimanufaturados e bens manufaturados.

A evolução da exportação desses bens por grau de elaboração, no período de 1977 a 2014, apresenta grande participação dos manufaturados em 1996, com a maior porcentagem relativa em relação aos demais bens por categoria exportada (55%). Porém, os bens básicos ganharam importância relativa enorme nos últimos anos, principalmente a partir de 2006, e quase já compõem metade da pauta exportadora. “Isso representou uma reversão da tendência dominante a partir do final da década de 1970, em que os manufaturados ganham progressivamente importância relativa na pauta de exportação em detrimento dos produtos básicos” (Ipea, 2015, p. 18).

A crescente importância dos bens básicos já configura na literatura o que os autores consideram hipótese da “reprimarização” da pauta exportadora, ou, como Gonçalves (2001) utiliza em seu texto, a hipótese da “inserção regressiva”, que se refere à competitividade e participação na pauta exportadora nacional que os produtos agrícolas brasileiros ganharam a partir dos anos noventa, ao mesmo tempo em que os produtos manufaturados apresentaram comportamento oposto, ou seja, com perda de participação e competitividade. A reprimarização é uma reversão da tendência de longo prazo observada, em que havia desempenho superior de categorias de uso de produtos que estavam associadas a maiores coeficientes de valor agregado, maior componente tecnológico (Gonçalves, 2001, p. 7).

O Ipea (2015) observa que a variação das exportações, principalmente após 2006, deveu-se mais pela flutuação dos preços que a variações na quantidade exportada. O preço dos bens básicos nesse período foi um dos fatores determinantes para esse crescimento das exportações. Logo,

a crescente participação dos produtos básicos na pauta a partir de 2006 se deveu, por um lado, à mudança de preços relativos – a variação do índice de preços dos básicos no período (de 88,4%,) foi mais de duas vezes maior que a verificada nos manufaturados (40,8%) – e, por outro, ao aumento expressivo (de 44,4%) do *quantum* exportado dos bens básicos acompanhado da significativa queda (de

Porém, o fraco desempenho nas exportações de manufaturados não é justificado pela demanda mundial, uma vez que o Brasil não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento da demanda mundial por esses bens, evidenciando dessa forma um problema mais forte de competitividade. Mais da metade das exportações brasileiras são compostas por *commodities*, e mesmo os bens semimanufaturados também são intensivos em *commodities*, ainda que sujeitos a algum grau de industrialização. A problemática reside no fato da elasticidade-preço da demanda por esses bens, no mercado internacional, ser baixa, pois é influenciada pela demanda mundial por tais bens, que é preço-inelástica (Ipea, 2015).

Dessa forma, de acordo com o Ipea (2015), as exportações brasileiras apresentam baixa elasticidade-preço da demanda pelos seguintes motivos:

i) a inelasticidade-preço da demanda mundial de *commodities* e a dificuldade de se competir via preço nestes mercados; ii) deficiência na oferta de bens intensivos em P&D por barreiras de tecnologia e escala de produção; iii) grande diferença de custo unitário do trabalho entre o Brasil e a China, o que cria dificuldades em competir em bens intensivos em trabalho (Ipea, 2015, p. 30).

Maior abertura ao comércio é importante, pois pode proporcionar oportunidades de emprego e novos mercados. O Gráfico 2 mostra o grau de abertura comercial do Brasil e de alguns países da América Latina, e sua evolução desde 1970 até 2012. O grau de abertura é a participação do comércio total do país em seu produto (PIB) em um determinado período. Considera-se que quanto maior a participação, maior será o grau de abertura do país ao comércio internacional.

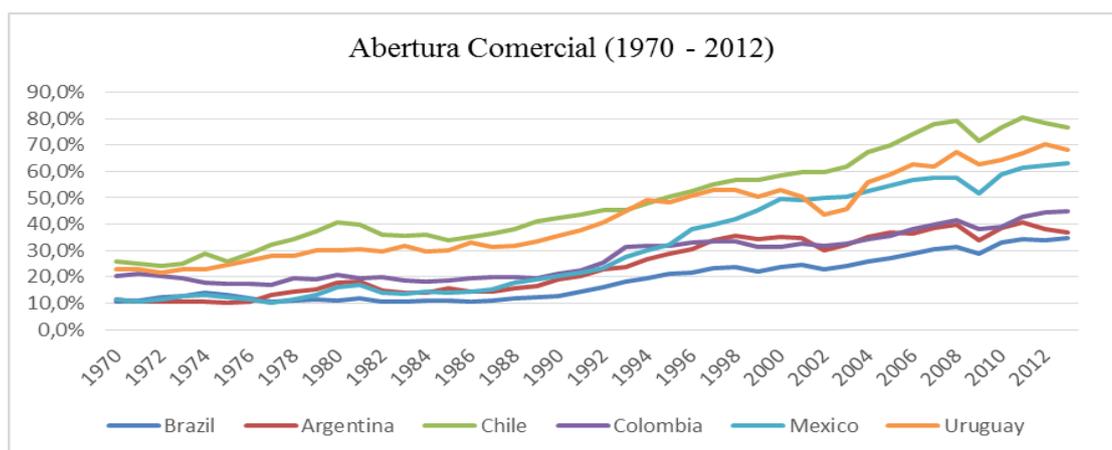


Gráfico 2: Abertura Comercial, 1970-2012.

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial (2016). Notas: Os dados das exportações e importações de bens e serviços, bem como o PIB a preços de mercado, estão a preços constantes de 2005 (US\$).

Como podemos observar, Chile, Uruguai e México possuem maior grau de abertura econômica (mais de 60% do PIB), o que mostra que as suas economias estão mais

ligadas aos fluxos comerciais internacionais, enquanto o Brasil, Argentina e Colômbia possuem um grau muito menor de abertura, especialmente Brasil e Argentina, em torno de 30% do PIB. A América Latina é uma das regiões mais desiguais do mundo, e os efeitos da liberalização do comércio ainda têm de contribuir de forma significativa para acelerar o crescimento econômico e reduzir desigualdades econômicas, sociais e de raça (Jones e Baker, 2008).

A economia brasileira parece ser ligeiramente aberta ao comércio internacional, apesar das recentes mudanças positivas nos últimos anos, particularmente entre 2010 e 2011, quando uma variação positiva foi mais observada, em torno de 15%, após uma grande variação negativa observada nos anos da crise financeira global (2009-2010). De um ponto de vista estrutural, o investimento direto estrangeiro traz uma série de benefícios para a economia que o recebe, já que o país anfitrião procura melhorar seu ambiente de negócios, tornando-o mais atraente, a fim de receber este tipo de investimento. Essa influência do capital estrangeiro pode criar maior capacidade produtiva e exportável de empresas que recebem esses investimentos, em comparação com outras empresas do país, com menor ou nenhum grau de investimento direto estrangeiro.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2015), o investimento estrangeiro direto (IED) na América Latina e no Caribe, como um todo, reduziu 16% em 2014. Além disso, o investimento estrangeiro direto da região no exterior diminuiu 12%. Ambas as tendências foram devido à diminuição dos preços das commodities e do ritmo econômico na região. “No entanto, o investimento direto estrangeiro continua a ser crucial para os países da região, especialmente para as pequenas economias do Caribe”, de acordo com o relatório.

Entre as maiores economias da região, o México teve o maior declínio no investimento estrangeiro direto recebido, e o Brasil continua a ser o maior receptor de investimento direto estrangeiro, e o Chile o terceiro maior beneficiário. O relatório sobre o Investimento Estrangeiro Direto 2015, preparado pela Cepal, indica que a intensidade tecnológica do investimento direto estrangeiro na região está aumentando, e o México recebe a maior parcela desse percentual, seguido pelo Brasil, principalmente devido a maiores investimentos na indústria automotiva (média-alta tecnologia), produzindo um efeito transformador sobre essas economias.

Além disso, taxa de câmbio favorável e projetos de infraestruturas reforçam as vantagens brasileiras, de acordo com o Banco Central do Brasil. O México recebeu, em 2015, mais investimentos devido ao grande número de projetos anunciados no setor industrial e mudanças regulatórias que facilitam a participação de empresas estrangeiras em determinados serviços e setores. No caso brasileiro, considerando preços constantes de 2005 em dólares, este tipo de investimento saltou de cerca de 30 bilhões em 2009 para mais de 70 bilhões em 2014. É importante considerar que, em 2009, os investimentos diminuíram consideravelmente em relação aos anos anteriores, em parte devido à diminuição dos fluxos estrangeiros internacionais decorrentes da

crise financeira global.

3 | BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR NO BRASIL

O histórico do comércio exterior brasileiro no que concerne às políticas costuma ser dividido pela literatura econômica do período em cinco etapas: 1500-1808; 1808-1930, conhecido como o período Liberal-Conservador; 1930-1990, o período do Estado Desenvolvimentista; a década de 1990, caracterizada pela Inserção Liberal; e o Século XXI. De forma breve, essa seção caracterizará as principais características de cada período.

O período de 1500 a 1808 compreende o descobrimento do Brasil, em 1500, e se prolonga até 1808, quando ocorreu a abertura dos portos. O comércio exterior brasileiro era monopolizado pela metrópole, no âmbito do Pacto Colonial e as exportações consistiam em produtos tropicais e produzidos no país pelas grandes lavouras de cana-de-açúcar implantadas pelos portugueses com essa finalidade. Assim, o Brasil exportava, basicamente, açúcar, fumo, ouro e outros produtos. O período Liberal-Conservador (1808-1930) iniciou com a abertura dos portos e teve como característica o início do livre-cambismo e, paralelamente, o protecionismo no país. A tarifa Alves Branco foi instituída em 1844, estabelecendo em 30% a tarifa alfandegária para todos os produtos de todos os países, sendo um marco do início da política protecionista no Brasil, uma vez que diminuiu a concorrência de produtos estrangeiros. Sobre essa tarifa, Cervo (1997) descreve

à essa época, uma forte reação diante do regime de baixas tarifas fixadas à época da independência [...] fez aflorar no Brasil, uma vez por todas, o pensamento protecionista, segundo o qual ao Estado convinha tanto fomentar a expansão da economia agrícola quanto fazer desabrochar as indústrias (Cervo, 1997).

Em 1900, foi estabelecida a tarifa Joaquim Murtinho, vigorando até 1934. Com ela era introduzida a tarifa dupla, permitindo ao Executivo proteger o mercado doméstico de produtos provenientes de países que não favorecessem a entrada de produtos brasileiros. O período Liberal-Conservador também ficou marcado por dois impactos de origem externa: a depressão capitalista, resultante da Crise de 1929, e a crise dos preços (Cervo, 1997).

Achegado de Getúlio Vargas ao poder marca o início do Estado Desenvolvimentista (1930-1990). As exportações brasileiras permaneciam modestas até o início da Segunda Guerra Mundial, quando nossa capacidade exportadora foi ampliada, enquanto as importações sofreram severas restrições. Dessa forma, ocorreu o processo de substituição de importações, com desenvolvimento de setores pouco estimulados, através de monopólio cambial e discriminação das importações, com ênfase nos bens de capital e insumos preferenciais (Corsi, 1997).

O comércio internacional entrou na fase dos acordos comerciais a partir de

1945, e como as exportações brasileiras, constituídas, em sua maioria, por produtos primários agrícolas, eram afetadas pelo padrão de consumo inelástico, acarretando em preços baixos, o Brasil também precisou rever suas políticas quanto ao mercado externo.

Durante o início da Era Vargas, existia, internamente, “a determinação de promover como opção política o crescimento das indústrias”, indo ao encontro dos interesses da sociedade e, para isso, “era indispensável relançar o comércio exterior para alcançar resultados de modernização interna, daí o cuidado e a preocupação que o governo revelou a seu respeito” (Cervo, 1997, p.7). Em contraste ao pragmatismo dos anos trinta, o governo Dutra adotou uma política de comércio exterior mais introspectiva e autônoma, com garantia de câmbio único e livre para entrada de capital estrangeiro e reformulação do sistema tarifário. Na área externa, o governo precisou intervir por insuficiência de moeda norte-americana, implementando controle das importações (Saretta, 1997).

No plano de Metas de JK, houve a adoção de tarifa aduaneira protecionista, complementada por um sistema cambial que subsidiava tanto a importação de bens de capital como de insumos básicos, além de atrair o investimento estrangeiro. Os problemas macroeconômicos da gestão anterior foram herdados por Jânio Quadros, que precisou provocar uma forte desvalorização cambial e unificar o mercado de câmbio para conter os problemas relacionados ao crescente déficit do balanço de pagamentos e à inflação. O Plano Trienal de João Goulart também precisou dar atenção a essa problemática, tendo em vista a deterioração do quadro econômico e o agravamento do processo inflacionário (Villela, 2005).

O período militar, com início em 1964 após interrupção do governo João Goulart, ainda se encontra no período denominado Estado Desenvolvimentista. Entre diversos objetivos, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), de 1964, pretendia corrigir os problemas de déficit do balanço de pagamentos, o que comprometia a capacidade brasileira de importação e esforço do desenvolvimento industrial, assim como o Programa Estratégico de Desenvolvimento, de 1967.

Com parte do mercado industrial implantado, o Brasil passou a incentivar, durante as décadas de sessenta e setenta, o modelo complementar, o substitutivo de exportações, objetivando mercados externos de manufaturados. O país buscava depender menos de exportações de produtos primários agrícolas e incentivar as exportações de manufaturados e minérios (Camargo, 2010; Cervo, 1997).

Dentro dessa estratégia, a diplomacia brasileira viu na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960, uma forma de escoamento dos produtos manufaturados brasileiros. Porém, a diplomacia brasileira não obteve êxito, e a associação, transformada em Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) posteriormente, passou a ter uma conotação mais política que comercial (Cervo, 1997).

O I Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1970, buscava o equilíbrio no balanço

de pagamentos com expansão real das exportações através de manufaturados. O plano buscava maior expansão externa por meio do fortalecimento da competitividade de indústrias domésticas e da infraestrutura interna, além da ênfase na modernização da agricultura. O II PND (1979) possuía, entre as diversas estratégias, a da integração internacional, que visava buscar novas fontes de financiamento externo e novos mercados, a fim de impulsionar o controle do balanço de pagamentos, mesmo em um cenário de déficit em transações correntes (Camargo, 2010).

Durante a década de 1980, os fracassos nas tentativas do multilateralismo, principalmente devido às restrições dos países industrializados, conduziram a política externa brasileira a buscar novas oportunidades no âmbito da integração regional, como forma de impulsionar o crescimento econômico e o comércio dinâmico e equilibrado entre os membros. Dentre desse contexto, surgiu, em 1991, pelo Tratado de Assunção, o Mercado Comum do Sul (Cervo, 1997).

A inserção liberal da década de 1990, iniciado com o governo de Fernando Collor de Mello, representou outra etapa do comércio exterior brasileiro, “com radical transformação do pensamento diplomático brasileiro aplicado às relações econômicas internacionais do Brasil” (Cervo, 1997). A abertura da economia, o programa de privatizações, a globalização e o neoliberalismo surgiam como motivações em frente ao projeto político-ideológico do nacional-desenvolvimentismo. Nesse período, “o governo justificava que a política de comércio exterior, abrindo o mercado brasileiro, facilitando as importações, produziria a reestruturação da economia, tornando as indústrias nacionais mais competitivas e estimuladas a igualar-se aos padrões internacionais” (Rodrigues e De Benedicto, 2010).

Rodrigues e De Benedicto (2010) ressaltam que as políticas de exportação nesse período pautavam-se pela busca de novos mercados e exportação de produtos de maior valor agregado, através de financiamentos para exportação de bens de capital, por exemplo, diminuição ou simplificação de custos operacionais envolvidos, como a estrutura tributária e modernização da infraestrutura exportadora. No que diz respeito às importações, “foram eliminados os controles quantitativos representados pelos programas de importação das empresas, além do fim da proibição de importar cerca de 1200 produtos”. Marinho e Pires (2002) argumentam que o Brasil se viu pouco preparado para enfrentar o mercado internacional, uma vez que o país apresentava, no início da década de 90, alta concentração de sua pauta exportadora, “onde 18 setores respondiam por mais de 90% de nossas vendas externas e apenas 300 empresas eram responsáveis por 80% de nossas exportações”.

O governo Fernando Henrique Cardoso colocou grande foco sobre as exportações, induzindo empresas a alcançarem maior visibilidade nacional e internacional, como forma de ajudar o governo a sanear as contas externas. Assim, foram criados programas e projetos tendo em vista aumentar a capacidade exportadora. Rodrigues e De Benedicto (2010) e Marinho e Pires (2002) listam alguns programas criados durante o governo FHC com essa finalidade: Projeto de Promoção de Exportações,

Programa Especial de Exportações (PEE), Agência de Promoção de Exportação (Apex), Programa de Apoio Tecnológico às Exportações (Progex), Programa de Apoio às Exportações (PAE).

O período do Século XXI é iniciado pela Rodada Doha em 2001, no Qatar, com o intuito de reduzir os subsídios agrícolas norte-americanos e europeus que prejudicavam a competitividade dos países em desenvolvimento. O governo Luiz Inácio Lula da Silva, com início em 2003 e extensão até 2010, promoveu a formalização de acordos comerciais e de integração econômica. Assim, em 2003, o interesse em um acordo de cooperação trilateral entre Brasil, África do Sul e Índia produziu como resultados redução de custos e cooperação em ciência, tecnologia e aprendizado conjunto (Rodrigues e De Benedicto, 2010). A aproximação também se acentuou com países com crescente poder aquisitivo e mercado populacional, como Rússia, Índia e China, para criação de um acordo comercial e de integração para complementação das grandezas do Brasil e dos respectivos países.

Logo, a ideia de buscar novos mercados e sair da dependência em relação aos Estados Unidos e à União Europeia, aumentando “a participação no cenário internacional pelas relações diplomáticas e por uma visão mais globalizada do mundo”, foi fortemente iniciada no governo FHC e aprofundada durante o governo Lula (idem, 2010).

A segunda década do século XXI começou com novos desafios para o comércio internacional e para política externa brasileira. O início governo de Dilma Rousseff “enfrenta um contexto externo que em nada lembra o quadro otimista que contribuiu para o bom desempenho da economia brasileira durante os dois governos do presidente Lula” (Veiga e Rios, 2011). Era um contexto em que a economia internacional dava seus primeiros passos após a grave crise financeira do ano de 2008 e medidas protecionistas passaram a ser adotadas na maioria das economias, práticas comuns em período de crise. Dessa forma o país precisava se adaptar ao cenário internacional de redução da demanda por suas *commodities*.

No Plano Plurianual (PPA) de 2012-2015 o governo destacou que suas ações em relação ao comércio exterior buscariam simplificar as normas e sistemas de gestão, divulgar e abrir novos mercados para os produtos brasileiros e fortalecer o combate às práticas desleais de comércio. Em relação às políticas de acordos comerciais entre países, regiões ou blocos, o PPA de 2012-2015 propunha uma maior aproximação com economias emergentes e também com países desenvolvidos, porém, destaca-se o maior foco nas relações com economias sul-americanas e fortalecimento do Mercosul (PPA, 2012).

No Relatório Anual de Avaliação do PPA de 2012-2015, de 2015, pode-se observar todos os objetivos e metas estabelecidas pelo governo no início do plano e seus resultados em 2015. Das 29 metas estipuladas apenas cinco tiveram o resultado esperado ou menor. O baixo nível de cumprimento das metas se deve muito à desaceleração da economia brasileira no período que certamente teve impacto nesses

resultados.

Em relação à política de aproximação com outras economias por meio de acordos bilaterais ou multilaterais, os resultados do primeiro mandato do governo Dilma também não foram muito animadores. Tentativas de acordos com a União Europeia eram frustradas devido a divergências dentro do Mercosul. Normas daquele período requeriam que a formação de novos acordos comerciais fosse aceita por unanimidade entre todos os membros. O Brasil defendia que essa regra fosse flexibilizada para que acordos pudessem ser fechados apenas com parte dos sócios (EL PAÍS, 2015).

O desempenho na Balança Comercial também não atingiu as expectativas do plano. Em 2011 o Brasil era responsável por 1,44% do comércio internacional e sua meta era ampliar essa participação para a casa dos 1,60% (PPA 2012-2015). Durante todos os anos do período essa participação caiu, encerrando o ano de 2015 o valor de 1,18%. Exportações totais de bens e serviços também encerram o último do quadriênio com valores menores do que o primeiro ano.

O PPA 2015-2016, elaborado para o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, procurou dar continuidade às diretrizes adotadas no plano anterior e também aprimorar seus programas, objetivos e metas. Formas de se alcançar isso seriam por meio de um Plano Nacional de Exportações (PNE) que foi lançado em meados de 2015 (PPA 2016-2019). O PNE procurou abordar de forma mais sistêmica o comércio exterior e sintetizar as iniciativas já adotadas anteriormente como financiamento para exportações (PROEX), aumento do número de empresas exportadoras (PNCE) e os demais programas de simplificação das atividades alfandegárias (PNE, 2015-2018). Em relação às políticas de acordos comerciais internacionais, novamente o fortalecimento do Mercosul e das relações comerciais com países da América Latina é destacado, porém, maior prioridade na aproximação de economias mais desenvolvidas como Estados Unidos e União Europeia é observada, principalmente no PNE (PPA 2016-2019).

Apesar das tentativas de aperfeiçoamento dos projetos de comércio internacional para melhorar os resultados obtidos no mandato anterior, o segundo governo de Dilma teve pouco espaço para efetivamente trabalhar nisso. O país vivenciou em 2015 uma das maiores retrações econômicas da história com queda no PIB de 3,8%, elevada inflação e aumento da taxa de juros. Tudo isso se somou e retroalimentou uma grave crise política que acarretou no afastamento da presidente Dilma de seu cargo, assumindo interinamente o seu vice-presidente Michel Temer, com acentuadas mudanças quanto às prioridades do novo governo em relação aos parceiros comerciais (UOL, 2016).

4 | PROBLEMÁTICAS RECENTES DE POLÍTICA COMERCIAL

Essa seção busca sintetizar as principais preocupações referentes ao comércio exterior brasileiro, objetivando identificar de que forma estas se configuram em problemáticas e dificultam a maior inserção brasileira nos fluxos do comércio internacional. Rizzo (2014) discute a premente necessidade de “equacionar a complexidade tributária, melhorar a produtividade da mão de obra, acelerar investimentos em infraestrutura, reduzir o custo energético, dar coerência ao ambiente legal e apostar em grandes acordos comerciais”.

4.1 Política Industrial x Comércio Exterior, Custo Brasil e Reforma Tributária

Furtado (1999) chama a atenção para a urgência da consolidação de um projeto nacional direcionado para o desenvolvimento do mercado interno e para a distribuição de renda. Uma política nacional de desenvolvimento tão extensa quanto a heterogeneidade social, como no caso brasileiro, faz-se necessária para elevação do objetivo maior: o nível tecnológico. O Brasil necessita, segundo o autor, “saber usar a limitada capacidade de importação para absorver tecnologia no quadro de políticas públicas que tenham em conta as peculiaridades do estágio de desenvolvimento”.

Ao indagar a direção que deve caminhar o nosso país, Furtado (1999) indica que, em caso de opção pela globalização dos mercados como imperativo tecnológico, somos frágeis diante das empresas transnacionais que se aproveitam do quadro de desigualdades do país, as quais se constituem de disparidades sociais superpostas a desigualdades regionais de níveis de desenvolvimento.

Ferreira (2005) explora o argumento da necessidade de intervenção governamental na indústria com a finalidade de melhoria nas contas externas do nosso país. Ou seja, até que ponto, mesmo a nível setorial, política industrial pode corrigir, no nível agregado, as contas externas. No nível microeconômico, a preocupação centra-se nos déficits comerciais setoriais, ou seja, em qualquer setor em que as exportações se encontram abaixo das importações, como os setores eletroeletrônico e de químicos. O argumento recai, nesse caso, na elaboração de políticas fomentadoras das exportações desses setores tecnologicamente avançados.

Desse modo, deveria ocorrer uma deslocação da especialização de setores mais tradicionais para estes considerados “modernos”, com o objetivo de substituição dessas importações. No entanto, a lógica econômica aponta para problemas de correção do balanço de pagamentos, políticas voltadas para os setores que o país já demonstrou competitividade, como os de agronegócios e siderúrgicos. “O superávit destes continuaria a compensar o déficit, estrutural ou temporário, dos setores de componentes eletrônicos, materiais elétricos, químicos, etc” (Ferreira, 2005).

No nível macroeconômico, temos que o superávit em transações correntes é idêntico à soma do excesso de poupança privada e poupança pública. Essa identidade nos mostra que, caso a poupança do governo e a poupança líquida privada não se

alterem, não há como modificar a conta corrente. Logo, a modificação estrutural desta ocorre via aumento da poupança privada ou poupança pública (Ferreira, 2005).

Uma tentativa de política pública para a promoção de setores tecnologicamente avançados parece, de acordo com o autor, não atingir os objetivos de redução do déficit em conta corrente ou melhora do balanço de pagamentos e esbarrará, no futuro, no problema da falta de mão-de-obra especializada, ou seja, em escassez de fatores. Consequentemente, estas políticas setoriais aplicadas servem para atrair fatores de outros setores e aumentar ainda mais a lucratividade daqueles, que já se encontram entre os mais bem remunerados do país, agravando, dessa forma, o problema da concentração de renda e não reduzindo o déficit comercial (Ferreira, 2005).

Como alude Furtado (1999), existe a necessidade de o Brasil atender pré-condições, voltando-se a um projeto de desenvolvimento do mercado interno. Ferreira (2005) aponta o problema da baixa escolarização, a distribuição de renda entre as piores do mundo e a poupança pública insuficiente para os investimentos e reversão do déficit em conta corrente.

De acordo com Marinho e Pires (2002) e Rodrigues e De Benedicto (2010), o Custo Brasil refere-se aos fatores internos que encarecem bens e serviços e dificultam a competitividade frente aos produtos de origem estrangeira. Fatores listados como responsáveis por tal custo seriam, entre outros: transporte; instabilidade política e econômica; taxa de juros; além de investimentos insuficientes em pesquisa tecnológica e excesso de burocracia na economia. Dentre os fatores mais alarmantes, a complexidade tributária e trabalhista coloca-se como a mais premente. Em relação aos encargos sobre a folha salarial, conjunto formado pelos tributos sobre a folha salarial, despesa com previdência e seguridade social arcadas pelo empregador, o IEDI (2015) aponta que o Brasil, entre 34 países selecionados, é o que possui o maior percentual de encargos tributários sobre a folha salarial, com quase um terço do custo da mão-de-obra referindo-se a encargos.

De acordo com Rizzo (2014), no sistema brasileiro de impostos são identificadas distorções como concentração em impostos indiretos, a cumulatividade e falta de funcionalidade, guerra fiscal entre Estados, interferindo na concorrência entre as empresas, e a excessiva incidência sobre a produção, venda e o consumo de bens e serviços. Como descrito mais adiante, sobre a tributação incidente nas operações externas, as exportações possuem imunidades, mas a eficácia da norma é minada pela complexidade do ressarcimento dos créditos acumulados ao longo da cadeia produtiva, os quais precisariam ser plenos e sem atrasos. Por conseguinte, os exportadores recebem tratamento menos favorecido que seus concorrentes externos (Rizzo, 2014).

As importações também sofrem aumentos em cargos e tributos, principalmente ICMS e PIS-COFINS, e o aumento da taxa Selic e da taxa sobre lucros dos bancos tornam os empréstimos mais caros, prejudicando a importação de equipamentos, o que também arrefece a produção nacional. A burocracia para exportar, devido aos

altos custos portuários, também aparece como uma problemática, já que os custos para exportar no Brasil estão entre os mais altos do mundo (WMTRADING, 2016).

Como principais instrumentos para estímulo às exportações, de acordo com Marinho e Pires (2002), há ações de garantias, promoção, capacitação empresarial, modernização e logística. Ações de financiamento e defesa comercial serão tratadas em tópicos separados, mais adiante. Em ações de garantias, há o Seguro de Crédito à Exportação, criado pela Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação e o CCR – Convênio de Crédito Recíproco, ação a cargo dos bancos centrais que visa combater riscos comerciais nas relações financeiras entre os países membros da Aladi.

Em relação às ações de promoção, além da criação do PEE e da Apex, o Programa Novos Pólos de Exportação (PNPE), da Secex, nasceu com o intuito de incentivar a diversificação da pauta exportadora, o aprofundamento de relações com as parcerias federal e estadual, agregação de valor ao produto exportado. O Programa Nacional de Promoção Comercial, coordenado pela Camex, intenta promover as exportações brasileiras.

No que diz respeito à capacitação empresarial, de acordo com Marinho e Pires (2002), houve o esforço na democratização da informação, com a disponibilização de estatísticas do comércio exterior brasileiro através do sistema ALICE WEB e outros portais. Também ocorrem os Encontros de Comércio Exterior, com o objetivo de levar informações sobre o comércio internacional às empresas brasileiras, e o Programa de Capacitação e Treinamento em Comércio Exterior.

No âmbito da modernização e logística, o Programa de Modernização – Siscomex, informatizou os procedimentos nas operações de comércio exterior, integrando o trabalho dos principais órgãos intervenientes no comércio exterior brasileiro, com o objetivo de criar um balcão único para atendimento mais ágil e menos custoso. A Câmara de Comércio e Logística foi criada pela Associação Brasileira de Comércio Exterior do Brasil em parceria com a Camex com o intuito de diminuir os entraves e gerar propostas para aperfeiçoamento da logística, articulando o Governo e a iniciativa privada, com a finalidade de aumentar a competitividade para os produtos nacionais através da redução de custos estruturais (Marinho e Pires, 2002).

4.2 Financiamento de Exportações, Defesa Comercial e Acordos Internacionais

De acordo com Rizzo (2014), é de suma importância a existência de financiamento e seguro de exportação, ao encontro do comportamento adotado pelos concorrentes do Brasil. O problema reside na dicotomia entre investimentos internos *versus* incentivos à exportação, já que o Brasil carece de melhorias em setores básicos relevantes e o setor exportador não pode ser visto como um concorrente no tocante aos investimentos, pois é vetor de produção e desenvolvimento interno, de geração de empregos. Retroceder na política de alocação de recursos públicos para o setor exportador pode ser um grande “passo para o atraso”.

O Programa de Financiamento às Exportações de Bens e Serviços (Proex), orientado pela Secex e operacionalizado pelo Banco do Brasil, é um financiamento pós-embarque que busca nivelar os custos financeiros das operações de exportações às praticadas no mercado internacional. Também existem linhas do BNDES, nas modalidades pré e pós-embarque, de financiamento às exportações de bens e serviços (Marinho e Pires, 2002). O Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) trata-se de um financiamento pré-embarque, visando financiar a produção exportável. O Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) também é regulamentado pelo Banco Central, assim como o ACC, e consiste num financiamento pós-embarque (Marinho e Pires, 2002).

Em relação à defesa comercial, Rizzo (2014) considera que tal medida não pode ser abandonada pelos governos brasileiros, uma vez que as práticas desleais de comércio enfraquecem a base industrial brasileira e causam distorções de nossas exportações para mercados terceiros. A abertura de um processo antidumping, segundo Rizzo, deriva de solicitação do setor privado, como uma reação, e não do desejo do governo em ser mais ou menos protecionista. Ou seja, o processo antidumping é aplicado para empresas e países determinados, enquanto a proteção tarifária atinge todo o universo de fornecedores.

Segundo Marinho e Pires (2002), o Programa de Defesa Comercial objetiva garantir que o produto estrangeiro entre no País em condições leais de comércio, evitando prejuízo à produção nacional. A perda de participação da indústria e competitividade muitas vezes é associada ao governo ou ao setor industrial do país, por ser ineficiente. Porém, perda de mercado também pode estar associada a uma origem externa, com práticas desleais de comércio (Rizzo, 2014).

De acordo com o IEDI (2015) e Rizzo (2014), o Brasil direciona seus maiores esforços comerciais nas relações Sul-Sul, ou seja, no âmbito do Mercosul e América do Sul e na aproximação com países da África e outros em desenvolvimento, que atendem mais a objetivos políticos e ideológicos do que comerciais. Após concluir seus esforços para a criação do Mercosul, novos tratados e agendas com parceiros comerciais importantes como a União Europeia, Estados Unidos e Japão ficaram carentes de concretização. Assim, como recorda o IEDI (2015):

o Brasil optou em concentrar sua estratégia de comércio exterior no Mercosul, na América do Sul e nas relações Sul-Sul. Defendeu negociações de abertura de mercados e de regras para o comércio no plano multilateral, no âmbito da OMC e em acordos preferencias limitados apenas com países em desenvolvimento. Optou, assim, por uma política de isolamento do grande movimento mundial de multiplicação de acordos preferencias, que se acentuou no final da década passada, quando a Rodada de Doha da OMC começou a dar sinais de grave impasse (IEDI, 2015).

O cenário de isolamento do Brasil tornou-se mais preocupante com o início das negociações dos grandes acordos de comércio, liderados pela União Europeia e pelos

Estados Unidos, e que abrangem grande parte dos fluxos de comércio internacional, como, por exemplo, o acordo Transpacífico, firmado pelo Estados Unidos, Japão e diversos outros países, principalmente da Ásia. Estes acordos procuram negociar um quadro regulatório cada vez mais denso, com a criação de regras que atendem os desafios do comércio internacional atual, pautado por cadeias globais de valor (IEDI, 2015).

As Cadeias Globais de Valor representam outro grande momento do cenário internacional, pautando a política de comércio tanto de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. A dinâmica baseia-se na importação de semimanufaturados e outros bens intermediários e na agregação de valor por meio de serviços, tecnologia e logística (IEDI, 2015). A economia brasileira não participa desse processo de forma mais ativa, e uma das consequências é a perda de presença dos produtos industriais brasileiros no mercado internacional, até em mercados tradicionais para as exportações brasileiras (IPEA, 2015).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita a análise histórica da evolução do comércio exterior do Brasil ao longo de boa parte de sua história e do contexto de suas problemáticas recentes com diversas opiniões na literatura, de forma a superar os entraves do comércio internacional, o presente tópico faz considerações globais sobre os problemas supracitados. O primeiro ponto a ser destacado relaciona-se aos déficits em transações correntes no balanço de pagamentos da economia brasileira (Gráfico 3).



Gráfico 3: Saldo em Transações Correntes do Brasil (1995-2015), em milhões de US\$.

Fonte: Elaboração própria (IPEADATA/BCB). Nota: metodologia de acordo com o BPM6.

Percebe-se pelo Gráfico 3 que em um período de 20 anos, somente em 4 anos não houve déficit em transações correntes, o que significa dizer em que nos demais quinze anos (em 2007 o saldo apresentou equilíbrio) o país precisou buscar formas de financiamento nas contas financeiras para reduzir seu montante de reservas

internacionais. É interessante notar que nesse período o saldo da Balança Comercial permaneceu positivo durante a maioria dos anos, logo, o que está mais está pesando para os saldos negativos em Transações Correntes são os déficits nas Balanças de Serviços e de Renda.

De fato, o Brasil não consegue ser muito competitivo no mercado internacional de exportações de serviços: “as exportações brasileiras de serviços estão largamente associadas a projetos de infraestrutura que envolvem cadeias de fornecedores formadas, em sua maioria, por micro, pequenas e médias empresas, que desempenham atividades ligadas à inovação...” (PPA 2016-2019). Entretanto, o fator mais preocupante é o elevado déficit nas contas de rendas que englobam pagamentos de salários, renda de investimentos, lucros, dividendos e juros para o exterior que são despesas que somente tendem a aumentar quando se depende das contas financeiras (onde são buscados mais empréstimos e investimentos estrangeiros) para manter o equilíbrio no Balanço de Pagamentos (Gráfico 4).

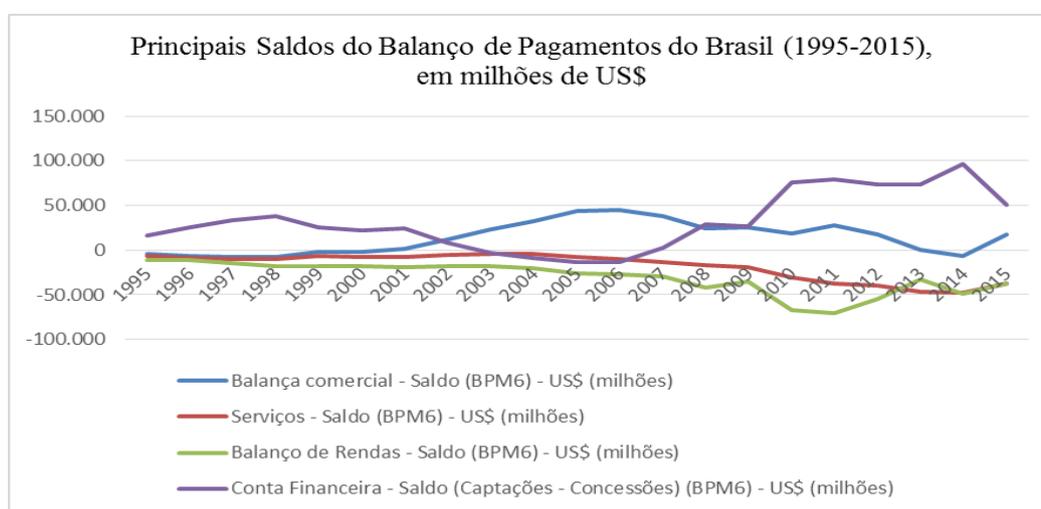


Gráfico 4: Saldos do Balanço de Pagamentos do Brasil (1995-2015), em milhões de US\$.

Fonte: Elaboração própria com dados do IPEADATA/BCB. Nota: valores do Balanço de Rendas referem-se ao saldo do balanço de rendas primárias, de acordo com o BPM6.

As práticas de financiamento são necessárias para movimentar a economia, incentivar investimentos que aumentam a produção, a geração de empregos e renda, os quais geram, portanto, crescimento econômico. Porém, quando o endividamento cresce sem a contrapartida do crescimento econômico, o problema tende a crescer em um ciclo vicioso que pode culminar em graves crises quando não se consegue mais financiamento para cobrir dívidas passadas. Atualmente o Brasil ainda consegue cobrir seus excessos de despesas em transações correntes com o financiamento externo graças a sua relativa boa estabilidade econômica e ao seu elevado montante de reservas internacionais, porém, em um momento de baixa liquidez internacional, desconfiança do mercado externo e elevadas taxas de juros, essa alternativa pode não ser mais viável.

Portanto, é necessário que o país busque financiamentos, investimentos que

proporcionem no médio e longo prazo o crescimento econômico de forma que as despesas de lucros e juros remetidos ao exterior sejam compensados por um aumento das exportações ou até por investimentos brasileiros no exterior frutos do crescimento econômico. Formas de se alcançar isso seriam priorizar formas de investimento produtivo e não financeiro e, em caso de um grande descontrole no déficit do Balanço de Rendas, adotar uma política temporária de retenção das remessas de lucros ao exterior para serem resgatas posteriormente quando a situação se estabilizar. Essa última medida tende a afastar investimento externo e deveria ser usada somente como último recurso do governo caso não tenha tempo de obter o retorno dos investimentos produtivos.

Outra preocupação está relacionada ao chamado “Custo Brasil”. Um gargalo tanto para a comercialização interna quanto para a externa, o “Custo Brasil” diz respeito à ineficiência em infraestrutura e às questões regulamentais, que implicam em elevados custos logísticos e burocráticos. Tais entraves se somam a elevados custos de transação que tornam os produtos brasileiros menos competitivos internamente e internacionalmente. Não apenas a infraestrutura do próprio país impacta nesses custos de transação como também as dos nossos parceiros comerciais. Como se tem se buscado nos últimos anos a aproximação com países em desenvolvimento, principalmente com os membros do Mercosul, os problemas estruturais desses parceiros também tornam o comércio internacional do Brasil menos eficiente.

Dessa forma, é fundamental que país busque formas de aumentar a eficiência do seu comércio tanto em procurar parceiros mais eficientes, ampliando também o mercado para produtos brasileiros, quanto também de cuidar de sua eficiência interna. Outra alternativa que está sendo adotada e que pode trazer bons resultados para ambas as partes são projetos de infraestrutura entre os membros do Mercosul com objetivo de melhorar a eficiência do comércio entre os países. Caso essas medidas sejam implementadas e nossos países vizinhos tenham uma infraestrutura melhor, isso também será benéfico para o Brasil. Também merece destaque o elevado montante de reservas internacionais em posse do Banco Central (Gráfico 5).

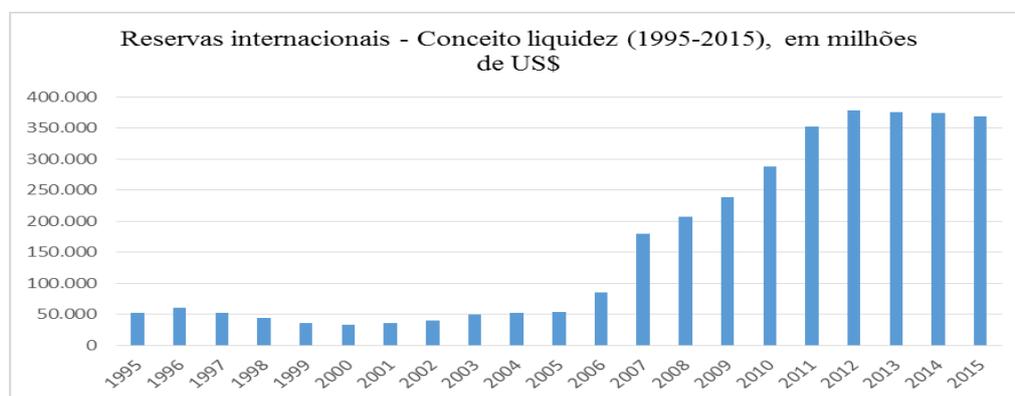


Gráfico 5: Reservas Internacionais – Conceito Liquidez (1995-2015), milhões de US\$.

Fonte: Elaboração própria com dados do IPEADATA/BCB.

O alto valor das reservas não é um problema em si, muito pelo contrário, um alto de valor de reservas indica que o país tem uma segurança às crises internacionais, ataques especulativos no câmbio e baixa probabilidade de precisar recorrer a instituições financeiras internacionais para cobrir déficit no balanço de pagamentos. Entretanto, encontra-se o problema quando se olha além do comércio internacional e observa-se a situação da dívida pública. O grande salto das reservas internacionais a partir de 2007 se deve a uma política de redução da dívida pública externa que, porém, levou a um aumento da dívida pública interna (Gráfico 6).

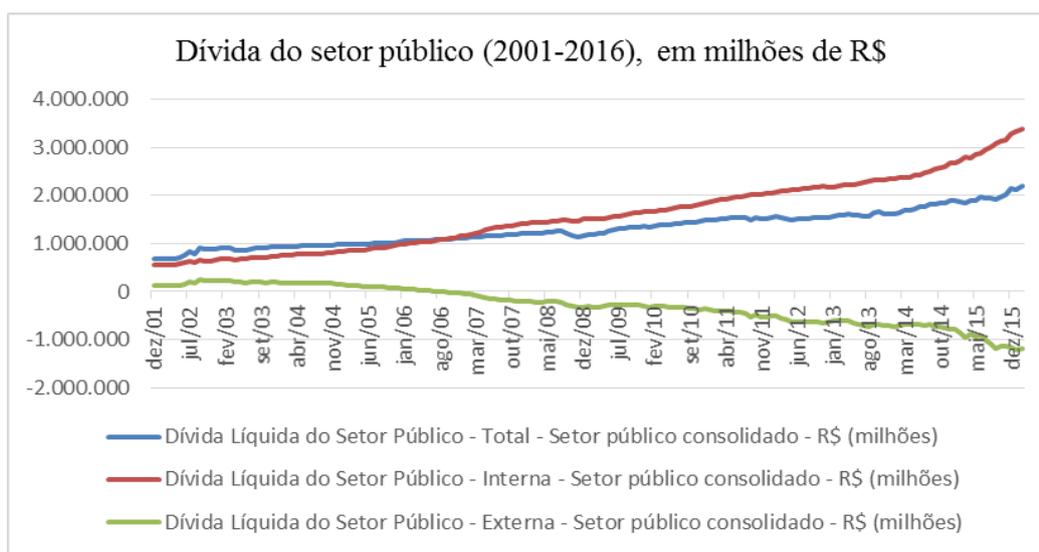


Gráfico 6: Dívida do setor público (2001-2016), em milhões de R\$.

Fonte: BCB (2016).

Acontece que essa dívida pública interna veio a um elevado custo de taxa de juros exigindo superávits primários cada vez maiores para estabilizá-la. Todavia, recentemente o setor público passa por uma grave crise fiscal fechando os anos de 2014 e 2015 com déficits primários. Desse modo, cabe a reflexão se poderia utilizar parte dessas reservas para estabilizar a dívida pública dado a situação fiscal do governo. Existiam propostas de se vender parte das reservas para convertê-las em investimentos para incentivar a economia, porém, essa proposta é falha por não resolver o problema de desaquecimento da economia brasileira.

O principal problema durante o período não era de demanda, pois ela já chegou ao limite com os modelos de crescimento baseados no estímulo ao consumo adotados anteriormente e que hoje se esgotaram com o endividamento dos consumidores. O principal problema para a economia brasileira era a crise de desconfiança (InfoMoney, 2016) que se utilizando as reservas e fragilizando a segurança da economia internacional do país, somente tenderia a agravar essa crise.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais*. Dados disponíveis em: < <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SERIESTEMPORAIS>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual 2012-2015: projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos*. - Brasília: MP, 2011. 278 p. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 18 de junho de 2016.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 Ano base 2015 Volume II Problemas Temáticos*. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 18 de junho de 2016.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano plurianual 2016-2019* Brasília, 2015. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 18 de junho de 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Plano Nacional de Exportações 2015-2018*. Disponível em: < <http://www.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 19 de junho de 2016.
- CAMARGO, J. M. Do “milagre econômico” à “marcha forçada”. In: PIRES, M. C. (org.). *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CASTRO, J. G. I. Trade liberalization and gender effects: a literature review for Colombia. *Equidad & Desarrollo*, n. 5, p. 109-129, 2006.
- CERVO, A. L. Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 2, p. 5-26, 1997.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. (2015). O Investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe. *Documento informativo*. Disponível em:< http://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/s1500147_pt.pdf>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.
- CORSI, F. L. Política econômica e nacionalismo no Estado Novo. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W (org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- EL PAÍS. *Dilma faz aposta tardia no exterior para tentar salvar a economia*. São Paulo, 22 de julho de 2015. Disponível em: < <http://brasil.elpais.com/brasil/>>. Acesso em: 18 de junho de 2016.
- EL PAÍS. *Mercosul pressiona União Europeia para avançar com acordo bilateral*. São Paulo/Bruxelas, 11 de junho de 2015. Disponível em: < <http://brasil.elpais.com/brasil/>>. Acesso em: 18 de junho de 2016.
- FERREIRA, P. C. Sobre a inexistente relação entre política industrial e comércio exterior. *Economia Aplicada*, v. 9, n. 4, p. 523-541, 2005.
- FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. *Uma Ponte para o Futuro*. Brasília, 29 de outubro de 2015. Disponível em: < http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf >. Acesso em: 18 de junho de 2016.
- FURTADO, C. Brasil: opções futuras. In: *Conferência de abertura do Seminário “Desenvolvimento: o fato eo mito”*. Programa Universitário de Estudos Estratégicos da UERJ/UFRJ. Rio de Janeiro. 1999.
- GONÇALVES, R. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 5, n. especial, 2001.

HELPMAN, E. *The mystery of economic growth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). *Uma nova agenda para a política de comércio exterior do Brasil*. Publicado em julho de 2015. Disponível em: < <http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/557b97922ae546bb.pdf>>. Acesso em 16 de junho de 2016.

INFOMONEY. *US\$ 370 bi da discórdia: por que é uma péssima ideia usar as reservas para “salvar” o PIB?* 22 de janeiro de 2016. Disponível em: < <http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/4511279/370-discordia-por-que-uma-pessima-ideia-usar-reservas-para>>. Acesso em: 19 de junho de 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Brasil em desenvolvimento 2015: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2015 Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 10 de junho de 2016.

IPEADATA. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

JONES, N.; BAKER, H. *Untangling links between trade, poverty and gender*. Overseas Development Institute, 2008.

LABATUT, Ê. N.; PONTES, Y. S. *Política de comércio exterior*. São Paulo: Aduaneiras, 1994.

MARINHO, M. R. M.; PIRES, J. G. *Comércio exterior: teoria x prática no Brasil*. Edições Aduaneiras, 2002.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). *Country Profile - Brazil*. Disponível em: < <http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/bra/>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (2015). *Trade Profile – Brazil*. Disponível em: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=BR>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (2001). *Glossary of Statistical Terms*. Disponível em: <https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1405>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

RIZZO, A. A. P. *Comércio exterior – quatro temas para debate*. Publicado em agosto de 2014. Disponível em: < <http://www.camex.gov.br/conteudo/exibe/area/1/menu/82/Artigos>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

RODRIGUES, W.; DE BENEDICTO, G. C. Uma análise das políticas do comércio exterior brasileiro nos últimos quinze anos. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, v. 2, n. 2, p. 27-51, 2010.

SARETTA, F. O governo Dutra na transição capitalista no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W (org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

STOLPER, W. F.; SAMUELSON, P. A. Protection and real wages. *The Review of Economic Studies*, v. 9, n. 1, p. 58-73, 1941.

UNCTAD. *Virtual institute teaching material on trade and gender*. United Nations publication. UNCTAD/GDS/2014/1. New York and Geneva. 2014.

UOL. *Temer quer comandar o comércio exterior*. 11 de maio de 2016. Disponível em: < <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/temer-quer-comandar-o-comercio-exterior/>> Acesso em: 18 de

junho de 2016.

VEIGA, P. M; RIOS, S. P. Política econômica externa do governo Dilma: dilemas e desafios. *Revista Pontes* Abril/Maio 2011 Vol.7 No.1 ISSN: 1813-4378. Disponível em: < <http://www.ictsd.org/downloads/pontes/pontes7-1.pdf> >. Acesso em: 19 de junho de 2016.

VILLELA, A. Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, F *et al.* (org). *Economia Brasileira Contemporânea (1945–2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 45-68, 2005.

WORLD BANK. *World Development Indicators*. Disponível em: <http://databank.worldbank.org>. Acesso em 10 de junho de 2016.

WMTRADING. *Os desafios atuais do comércio internacional no Brasil*. Disponível em:< <http://wmtrading.com.br/blog/os-desafios-atuais-do-comercio-internacional-no-brasil/>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

Jaqueline Fonseca Rodrigues – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora do Livro “Elementos da Economia - 1” – e “Conhecimento na Regulação no Brasil” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-319-4

